

Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

LOCAL: Prefeitura do Município de JOAQUIM TÁVORA – Paraná

www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”

Procedimento licitatório exclusivo a microempresa e empresa de pequeno porte qualificados como tais nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º123/2006

O **MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.966.845/0001-06, sediado à Rua João Rodrigues de Almeida, 387 – Residencial São Lucas- Joaquim Távora, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Reginaldo Vilela, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município**, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

03 de fevereiro de 2023 às 09h30

Horário de Brasília-DF

UASG: 987649 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TÁVORA/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br

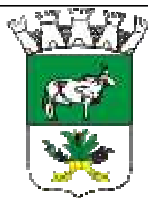
O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, e em observância às disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, do Decreto Federal nº 10.024/2019, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata.

O Pregão será processado por Pregoeiro, designado pela Portaria nº831/2022.

1 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- 1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá na data e hora marcadas, horário de Brasília-DF, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.
- 1.3. **É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto Federal nº 10.024/2019 Art. 30, §5).**
- 1.4. Todo e qualquer pedido de informação, solicitação ou comunicação com o Pregoeiro, após o término da fase competitiva, será feita exclusivamente através do chat da plataforma ou através do email pregaoeletronico@joaquimtavora.pr.gov.br. **NÃO HAVERÁ** ATENDIMENTO PESSOAL, VIA TELEFONE ou qualquer outro meio de comunicação, durante o processamento da sessão do Pregão.

2 DO OBJETO



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

Constitui objeto deste **Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.**

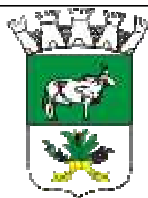
- 2.1 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.joaquimtavora.pr.gov.br – Portal da Transparência – Licitação – Processos Licitatórios.
- 2.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.3 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas, especialmente no que se refere às especificações técnicas dos produtos ou serviços a serem contratos.**

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

4 DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, até às 17h00min (horário regimental), observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 4.1.1 A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolado no setor de protocolo da prefeitura Municipal de Joaquim Távora, no horário das 07h30 às 17h00 (horário regimental), ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao1@joaquimtavora.pr.gov.br.
 - 4.1.2 A impugnação será julgada em até 02 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento e a resposta será publicada no www.joaquimtavora.pr.gov.br – Portal da Transparência – Procedimento Licitatório e bem como no Portal do Comprasnet.
 - 4.1.3 Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.
 - 4.1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.
- 4.2 Os **esclarecimentos** sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da licitação, até às 17h00min (horário regimental), endereçados ao e-mail: licitacao1@joaquimtavora.pr.gov.br.
 - 4.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

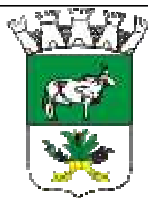
6 Procedimento licitatório exclusivo a microempresa e empresa de pequeno porte qualificados como tais nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º123/2006

- 6.1.1** As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.
- 6.1.2** A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.
- 6.1.3** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

6.2 Será vedada a participação de empresas:

- a)** que não se qualifiquem como microempresas ou empresas de pequeno porte;
- b)** que, embora qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º da Lei complementar nº123/2006;
- c)** proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- d)** estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e)** em consórcio, tendo em vista que o objeto licitado não apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, pois tratar-se de serviços/bens comuns;
- f)** que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV, da Lei 8666/93) por qualquer órgão público da Administração Pública (União, Estados, DF ou Municípios) ou suspensas (art. 87, III da Lei 8666/93) pelo Município de Joaquim Távora/Paraná;
- g)** que direta ou indiretamente, por interposta pessoa, agente estatal que pertença ao quadro de colaboradores comissionados, efetivos ou empregados públicos do Município de Joaquim Távora;
- h)** enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,
- i)** que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

6.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

- 6.3.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- 6.3.2** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- 6.3.3** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.3.4** Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 6.3.5** Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 6.3.6** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

7 DO CREDENCIAMENTO

- 7.1** O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 7.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 7.3** O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 7.4** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 7.6** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha para imediato bloqueio de acesso.
- 7.7** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8 DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

- 8.1** A participação no **PREGÃO** dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante e subsequente **encaminhamento da proposta de preços com valor unitário para cada item e documentos de habilitação, a partir da disponibilização do sistema até a data e hora marcadas**



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

para abertura da sessão pública, horário de Brasília-DF, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter as informações especificadas no subitem 11.2.

8.1.1 Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e documentos de habilitação anteriormente apresentados.

8.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, **assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances**.

8.3 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 Na data e hora marcadas para abertura, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

9.2 A comunicação entre Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4 Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

9.5 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.6 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

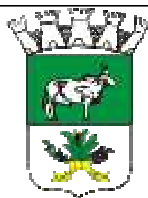
9.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

10 MODO DE DISPUTA E A FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 Será adotado para o envio de lances neste Pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

10.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

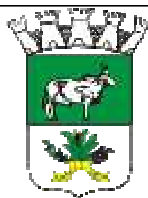
Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

- 10.4** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 10.4.1** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 10.5** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada** a identificação do ofertante.
- 10.6** Caso o licitante não ofereça lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.
- 10.7** A etapa de lances da sessão pública terá a duração de 15 (quinze) minutos.
- 10.8** Decorrido esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o prazo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 10.9** Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.9.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do item 9.9, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até no máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.9.2. Encerrado os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 9.9.3. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.9 e 9.9.1, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.10** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.
- 10.11** Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.
- 10.12** Se ocorrer a **desconexão** do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.13** Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

11 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 11.2** A qualquer tempo, o pregoeiro poderá negociar os preços ofertados, objetivando propostas mais



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

vantajosas para a municipalidade.

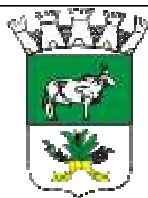
- 11.3** Serão desclassificadas as propostas cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado e que não atendam as exigências deste edital.
- 11.4** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, não atender às exigências deste edital, ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 11.4.1** Na situação a que se refere o subitem anterior o pregoeiro poderá negociar com o licitante, para que seja obtido um preço melhor.
- 11.5** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o Licitante será declarado provisoriamente vencedor, sendo-lhe, após a análise dos documentos constantes do item 13 deste Edital, adjudicado o objeto ou item licitado.
- 11.6** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do PREGÃO constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.
- 11.7** Os itens foram de distribuídos conforme artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014.

12 DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA

12.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item, para que este anexe em ARQUIVO ÚNICO (COMPACTADO ex: zip e pdf) no sistema COMPRASNET, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o pregoeiro fará uso da ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar os documentos utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

12.2 A proposta de preços provisoriamente classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contados a partir da convocação pelo Pregoeiro. Caso sejam exigidos no edital, documentos complementares à proposta, os mesmos deverão ser anexados em arquivo único juntamente com a proposta. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta de preços ajustada por meio do email institucional: pregaoeletronico@joaquimtavora.pr.gov.br.

- 12.2.1** A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, com firma reconhecida, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.
- 12.2.2** A fim de **aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes**, após transcorrido o prazo de **02 (duas) horas**, **não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço Ajustada e/ou documentos de habilitação complementares.** sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.
- 12.2.3** Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo, por igual período.
- 12.3** A proposta deverá conter:



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

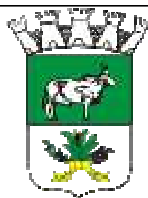
Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

- 12.3.1** proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- 12.3.2** **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 12.3.3** indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
- 12.3.4** prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º. Em caso de omissão, será considerado o prazo fixado neste edital;
- 12.3.5** declaração expressa da licitante de que os produtos cotados em sua proposta atendem as características mínimas exigidas em Edital, estando ciente das penalidades impostas no caso de inexecução contratual, conforme modelo na Proposta de Preços;
- 12.3.6** O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até três casas decimais (0,000)**;
- 12.3.7** A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital e Anexos** sob pena de desclassificação.
- 12.3.8** O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 12.3.9** A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

13 DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1** O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços **razoáveis** praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação, a qual poderá, a critério do pregoeiro, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas, de modo a evidenciar a economicidade da contratação.
- 13.2** Se houver indícios de que a proposta apresentada seja inexecutível, o pregoeiro determinará ao licitante que comprove a executibilidade, sob pena de desclassificação.
- 13.3** Considerar-se-á **inexecutível** a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
- 13.4** Havendo **indícios de inexecutibilidade** da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua executibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes **procedimentos**:



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

- 13.4.1** **Questionamentos** junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 13.4.2** **Verificação** de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 13.4.3** **Demais** verificações que porventura se fizerem necessárias;
- 13.4.4** **a adequação** da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo no contido no item;
- 13.4.5** **se a proposta** não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.
- 13.4.6** no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.5 Serão também desclassificadas as propostas:

- a)** Que estejam em desacordo com o item 11 deste Edital, as especificações, prazos e condições fixados neste edital;
- b)** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;
- c)** Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- d)** Com valor superior ao preço máximo global e/ou unitário estabelecidos no presente Edital;
- e)** Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.
- f)** Que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

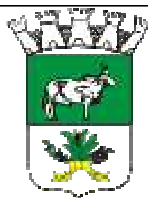
14 DA HABILITAÇÃO

14.1 Para a **habilitação** dos licitantes detentores da melhor oferta, será exigida a documentação **relativa: à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, declarações e regularidade técnica (quando necessário).**

14.2 Os licitantes encaminharão os documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema após a divulgação do edital no site eletrônico Comprasnet até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

14.2.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de **habilitação fiscais e trabalhistas que constem do SICAF**, desde que os mesmos estejam dentro do prazo de validade.

14.2.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

14.2.3 O sistema disponibilizará a documentação de habilitação do licitante melhor classificado para avaliação do pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.

14.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.3.1 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação e/ou proposta de preços ajustada por meio do email institucional: pregaoeletronico@joaquimtavora.pr.gov.br.

13.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública**.

13.4.1 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

13.5 A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados. Além da consulta de inscrição no SICAF, também serão consultados os impedidos de licitar no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e CEIs.

13.5.1. O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **substituirá apenas os documentos indicados nos subitens 13.6.3 a 13.6.8, sendo que os demais são obrigatórios apresentação. Caso tenha documentos referente regularidade fiscal e trabalhistas não apresentados, a licitante obrigatoriamente deverá inserir junto com os demais documentos de habilitação a Declaração de situação da licitante emitida pelo SICAF.**

13.5.2 Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

13.6 OS LICITANTES DEVERÃO CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

13.6.1 Declaração de situação da licitante emitida pelo SICAF, na hipótese de substituição dos documentos referente a habilitação fiscal e trabalhista, conforme previsto no item 13.5.1;

13.6.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado;

13.6.3. Cartão CNPJ da empresa;

13.6.4. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais da sede da licitante;

13.6.5. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

13.6.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 ou Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do INSS;



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

13.6.7. Certidão de Regularidade junto ao FGTS;

13.6.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas retirada no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

13.6.9. Certidão Negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, emitida há no máximo 120 dias ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

13.6.10 Qualificação Técnica –

- a) Licença de operação vigente, expedida pelo Instituto Ambiental competente do estado da licitante. (Licença Ambiental).
- b) Registro do serviço de reforma da unidade reformadora, junto ao INMETRO, conforme portarias nº 444/2010 e 272/2008, ambas do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.
- c) Certificação vigente do INMETRO da marca da banda de rodagem, a ser utilizada nos pneus de ônibus, caminhões e micro ônibus (data de validade e autenticado).
- d) Certificação vigente do INMETRO da borracha a ser utilizada nos pneus de tratores, motoniveladoras, pá-carregadeira, retro-escavadeira e rolo compactador (data de validade e autenticado).

13.6.11. Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO III)

13.6.12. Tratando-se de microempresa e empresa de pequeno porte, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, estas deverão apresentar a declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo no **ANEXO IV**.

13.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.7.2 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.8. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

13.9. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10. O não atendimento das exigências constantes do item 13 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

13.11. Caso as documentações não apresentarem datas de vencimento, serão estes considerados válidos por 60 (sessenta) dias após a data da emissão dos mesmos.

13.12. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

14 DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO

14.1 Os documentos remetidos através do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou cópias autenticadas a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro e encaminhados para o endereço: Rua João Rodrigues de Almeida nº387 – Residencial São Lucas – Joaquim Távora - PR, CEP 86455-000, aos cuidados do Departamento de Licitação e ao pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

14.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

14.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14.4 Ocorrendo a não entrega dos documentos de habilitação em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, ou ainda, a entrega dos mesmos fora do prazo, o licitante declarado vencedor, decairá do direito de contratação e sofrerá as penalidades previstas no item 23.3.2 deste Edital.

15 A VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1 Visando à comprovação da habilitação do licitante serão consultadas on-line, em sistemas específicos, as seguintes situações:

15.1.1 Estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

15.1.2 Ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

15.1.3 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil;

15.1.4 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;

15.1.5 Ter declarado no sítio Compras Governamentais a “Elaboração Independente de Proposta”;

15.1.6 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

15.1.7 Ter declarado no sítio Compras Governamentais que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar;



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

15.1.8 Não possuir registro impeditivo da contratação no:

a) SICAF;

b) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência ([WWW.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)).

15.1.9 Caso haja algum registro impeditivo que declare o licitante impedido e/ou inidôneo para participar e/ou contratar com a Administração Pública, o licitante será excluído do certame. Na hipótese do licitante ter registro nos órgãos constantes nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 15.1.8 com abrangência no órgão de registro, o mesmo não estará impedido de participar.

15.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

15.3 Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

16 DOS RECURSOS

16.1 Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

16.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

16.5 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro poderá:

16.5.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

16.5.2 motivadamente, reconsiderar a decisão;

16.5.3 manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

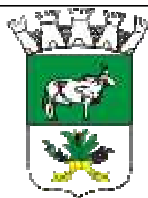
16.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

16.8 Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.7 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

será declarado vencedor.

17.7.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

17.8 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

18 DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Joaquim Távora convocará o(s) licitante(s) vencedor (es) para a assinatura da Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui o **ANEXO V** deste Edital;

18.2 A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, dela será excluída e se sujeitará à incidência de multa, conforme previsto no item que trata das penalidades;

18.3 Colhidas as assinaturas, a Ata de Registro de Preços e, se for o caso, o ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior, será imediatamente publicada no Jornal Oficial do Município de Joaquim Távora;

18.4 O(s) fornecedor(es) dos serviços incluídos na Ata de Registro de Preços estará(ão) obrigado(s) a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata;

18.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições;

18.6 Quando da necessidade de contratação, o fornecedor classificado em primeiro lugar na Ata de Registro de Preços, será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a assinar o contrato, cuja minuta constitui o **Anexo VI** deste Edital, sob pena de decair do direito de contratação e ser excluída da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se, ainda à incidência de multa conforme previsto no item que trata das penalidades;

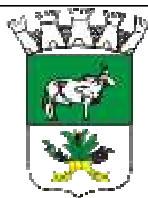
18.7 A contratação com os fornecedores poderá ser também formalizada através da emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei nº 8.666/1.993;

18.8 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata;

18.9 A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou acréscimo daqueles praticados no mercado.

18.10 Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração deverá:

a) Convocar o fornecedor do bem visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

b) Liberar o fornecedor do bem do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitando os pedidos já efetuados;

c) Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

18.11 Quando o primeiro fornecedor registrado atingir seu limite de fornecimento estabelecido no contrato ou tiver seu preço registrado cancelado, a administração poderá elaborar novo contrato com o segundo colocado e, assim, sucessivamente.

18.12 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador cancelará o registro de preços do bem.

18.13 Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

18.14 As alterações contratuais, em razão de revisão de preços, acréscimos ou supressões de quantidades deverão ser efetuadas através de aditivos, sequencialmente numerados, produzindo efeitos a partir da data da sua assinatura.

18.15 O fornecedor do serviço terá seu preço registrado/contrato firmado cancelado quando:

a) Descumprir as condições exigidas no Edital;

b) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) Na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de fato fortuito ou força maior, devidamente comprovado;

d) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

e) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

18.16 O cancelamento do preço registrado/contrato firmado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão de autoridade competente.

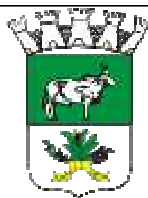
19 DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado por depósito bancário em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria solicitante através do fiscal de contrato;

19.2 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

19.3 A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação e do contrato de fornecimento e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas. **A nota fiscal deverá conter obrigatoriamente o número dos lotes e prazo de validade dos produtos nela constantes.**

19.4 Vencido o prazo estabelecido no item 19.1 e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

20 DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

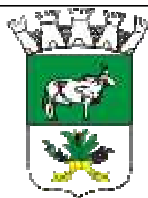
- 20.1** Valor máximo estimado da licitação é de **R\$ 167.529,21 (cento e sessenta e sete mil quinhentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos)** e os preços máximos unitários e totais estão especificados no Anexo I – Especificação do Objeto, deste Edital.
- 20.2** A proposta de preços que consignar preço global, por lote e unitário, superiores aos fixados por este Edital, **será desclassificada**, conforme item 12.5 “d” deste Edital.
- 20.3** Os recursos orçamentários correrão a conta das dotações orçamentárias nº: 0501-267820010.2.012-339039-000, 05.02-154510011.2.013-339039-000, 05.03- 154520011.2.017-339039-000, 09.01-082440008.2-079-339039-000, 11.01-206060012.2.045-339039-000, 06.01-127820004.2.027-339039-103 e 07.01-103010009.2.033-339039-303

21 DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 21.1** As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo VI** deste Edital.
- 21.2** O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado à **impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
- 21.3** Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.
- 21.4** O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

22 DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

- 22.1** A contratação decorrente da presente licitação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, nas hipóteses do artigo 57 da Lei nº8.666/93.
- 22.2** Os produtos/serviços deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** para entrega dos mesmos, contados a partir da data de envio da Autorização de Compra e/ou Execução do Serviço, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Estado do Paraná. Neste prazo a empresa deverá realizar a coleta e entrega dos produtos.
- 22.3** O pedido será efetuado através de uma Solicitação de Compras expedida pela Secretaria Municipal de Obras
- 22.4** O não cumprimento deste prazo implica em multa conforme especificado na Minuta do Contrato e Ata prevista neste Edital.
- 22.5** Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras.



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

23 DAS PENALIDADES

23.1 Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

I) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o Contrato, ou Ata de registro de Preços, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente e,

II) não mantiver a sua proposta.

23.2 A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) apresentar documento falso;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, e
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

23.3 Caberá multa compensatória sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

23.3.1 Apresentar declaração falsa: multa de 20%;

23.3.2 Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10%;

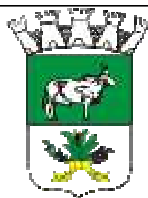
23.3.3 Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 20%;

23.4 Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o Contrato, ou Ata de Registro de Preços, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Joaquim Távora, pelo prazo de 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

23.5 A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

23.6 A licitante fica obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação oficial que ocorrerá após garantida a ampla defesa.

23.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no contrato.



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

24 DOS CRITÉRIOS DE REVISÃO DE PREÇOS E REAJUSTE

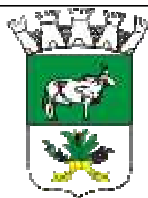
- 24.1** Os preços contratados poderão ser revisados mediante requerimento da empresa contratada, datilografado ou impresso por computador, sem rasuras e entrelinhas, devendo obrigatoriamente demonstrar de maneira inequívoca, devidamente instruído com:
- a)** a composição do preço constante da proposta de preços;
 - b)** o valor de aquisição do produto, devidamente comprovado através de cópia autenticada da Nota Fiscal/fatura;
 - c)** a comprovação das alterações prevista no item 24.1 a) e 24.1 b), demonstrando novamente a composição do preço;
 - d)** demonstração da ocorrência de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe que configuram álea extraordinária e extracontratual.
- 24.2** O requerimento contendo a solicitação de revisão dos preços será submetido à Secretaria de Administração. A revisão de preços dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio financeiro do Contrato.
- 24.3** Enquanto não for deferido o pedido, a contratada não poderá deixar de dar continuidade a prestação dos serviços/fornecimento dos produtos nas condições estipuladas neste edital.

25 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 25.1** Fica assegurado ao Município de Joaquim Távora o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 25.2** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 25.3** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 25.4** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 25.5** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 25.6** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 25.7** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 25.8** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Joaquim Távora.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Jornal Oficial Eletrônico do Município de Joaquim Távora através do endereço eletrônico www.joaquimtavora.pr.gov.br e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=123 e no portal comprasnet.



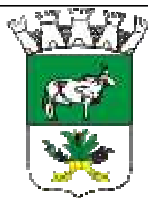
Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

- 26.2** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.3** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 26.4** Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
- 26.5** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá, com base na legislação vigente.
- 26.6** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
- 26.7** Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
- 26.8** Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompanhada do original para autenticação pelo pregoeiro, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 26.9** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 26.10** Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
- 26.11** Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 26.12** Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 26.13** O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 26.14** O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
- 26.15** Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 26.16** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 26.17** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Joaquim Távora.

- 26.18** Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro.
- 26.19** As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.
- 26.20** **Fica entendido que o presente Edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado especificado e válido.**
- 26.21** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Especificação do Objeto;
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP;
ANEXO V	Modelo da Ata de Registro de Preços;
ANEXO VI	Modelo de Minuta do Contrato;

Joaquim Távora, 19 de janeiro de 2023

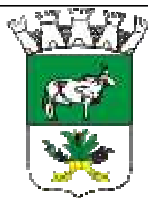
REGINALDO VILELA
Prefeito Municipal

DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA NABARRO
Pregoeira

DEIWITI DE ALMEIDA
Presidente CPL

ALINE CONSOLIN
Membro

CIBELI MARRERO
Membro



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

RECAPAGEM DE PNEUS						
ITEM		DESCRIÇÃO		QUANT.	VR UNIT	VR TOTAL
1	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	1000X20	ONIBUS /CAMINHOS -COMUM BORRACHUDO	15	R\$ 581,66	R\$ 8.724,90
2	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	1000X20	ONIBUS /CAMINHOS -COMUM LISO	15	R\$ 627,12	R\$ 9.406,80
3	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	1000x20	BORRACHUDO - RADIAL - CAMINHÃO	15	R\$ 575,00	R\$ 8.625,00
4	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	1400X24	MOTONIVELADORA	15	R\$ 1.525,00	R\$ 22.875,00
5	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	12X16,5	RETRO ESCAVADEIRA 580M E 580L /RETRO ESCAVADEIRA JCB /PNEU DIANTEIRO E TRASEIRO	10	R\$ 726,72	R\$ 7.267,20
6	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	14X17,5	RETRO ESCAVADEIRA JCB/ PNEU DIANTEIRO	5	R\$ 986,84	R\$ 4.934,20
7	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	16,9X24	RETRO ESCAVADEIRA 580M/ PNEU TRASEIRO	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
8	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	17,5X25	PA CARREGADEIRA 924 F/ E PÁ CARREGADEIRA DL 200/ PNEU DIANTEIRO E TRASEIRO - RETRO ESCAVADEIRA 580L / PNEU TRASEIRO	10	R\$ 1.933,13	R\$ 19.331,30
9	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	18,4X30	TRATOR VALMET 85 (SIMPLES 4X2)	3	R\$ 2.095,34	R\$ 6.286,02
10	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	18,4X34	TRATOR VALTRA 885 (SIMPLES 4X2) / PNEU TRASEIRO - TRATOR M.FERGUSON 429 - PNEU TRASEIRO	3	R\$ 2.371,24	R\$ 7.113,72
11	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	19,5X24	TRATOR VALTRA 885 (SIMPLES 4X2) / PNEU TRASEIRO - TRATOR M.FERGUSON 429 - PNEU TRASEIRO	5	R\$ 1.961,59	R\$ 9.807,95
12	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	275X80X22,5	CAMINHÃO	35	R\$ 639,64	R\$ 22.387,40
13	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	215X75X17,5	MICRO ONIBUS	15	R\$ 400,75	R\$ 6.011,25
14	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	700X16	MICRO ONIBUS	8	R\$ 450,00	R\$ 3.600,00
15	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	750X16	TRATOR VALTRA 885 / VALMET 85 (SIMPLES 4X2) / TOYOTA / CARRETAS / GRADE ROME - TOYOTA BANDEIRANTES	5	R\$ 419,69	R\$ 2.098,45
16	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	12,5x80-18 - 10 LONAS	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR MOD 416 PNEU DIANTEIRO	5	R\$ 999,00	R\$ 4.995,00



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

17	RESSOLAGEM/RECAUCHUTA GEM PNEUS	19,5L-24 - 12 LONA S	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR MOD 416 PNEU TRAZEIRO	5	R\$ 2.199,00	R\$ 10.995,00
SERVIÇOS DE MANCHÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO			QUANT.	VR UNIT	VR TOTAL
18	SERVIÇO MANCHÃO	ND 02	CONVENCIONAL	7	R\$ 22,75	R\$ 159,25
19	SERVIÇO MANCHÃO	ND 03	CONVENCIONAL	7	R\$ 17,29	R\$ 121,03
20	SERVIÇO MANCHÃO	ND 04	CONVENCIONAL	7	R\$ 21,54	R\$ 150,78
21	SERVIÇO MANCHÃO	ND 05	CONVENCIONAL	7	R\$ 22,09	R\$ 154,63
22	SERVIÇO MANCHÃO	ND 06	CONVENCIONAL	7	R\$ 29,90	R\$ 209,30
23	SERVIÇO MANCHÃO	ND 07	CONVENCIONAL	7	R\$ 43,52	R\$ 304,64
24	SERVIÇO MANCHÃO	RAC 20	RADIAL	25	R\$ 9,23	R\$ 230,75
25	SERVIÇO MANCHÃO	RAC 22	RADIAL	7	R\$ 16,61	R\$ 116,27
26	SERVIÇO MANCHÃO	RAC 24	RADIAL	7	R\$ 19,30	R\$ 135,10
27	SERVIÇO MANCHÃO	RAC 25	RADIAL	7	R\$ 24,86	R\$ 174,02
28	SERVIÇO MANCHÃO	RAC 40	RADIAL	25	R\$ 30,14	R\$ 753,50
29	SERVIÇO MANCHÃO	RAC 42	RADIAL	25	R\$ 22,43	R\$ 560,75
VALOR TOTAL					R\$ 167.529,21	

O valor máximo estimado para aquisição do objeto descrito acima é de R\$ 167.529,21 (cento sessenta sete mil e quinhentos vinte nove reais e vinte centavos), conforme pesquisa de preço realizado através de editais/contratos de órgãos públicos e internet, juntamente com a memória de cálculo (Anexo I).

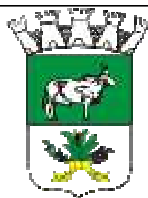
JUSTIFICATIVA

O principal objetivo é manter os veículos e equipamentos com pneus em perfeitas condições de uso e proporcionar a segurança dos operadores e motoristas. Outro objetivo importante é o princípio da economia, pois os pneus reformados geram economias significativas em casos específicos em relação aos pneus novos, pois os pneus reformados podem realizar as mesmas tarefas que os pneus novos. Atendendo a todos os aspectos, torna-se assim necessário o contrato descrito, os quais são indispensáveis ao desempenho das tarefas quotidianas dos órgãos da administração pública, justificando-se fundamentalmente o interesse público. A recauchutagem é necessária à manutenção da frota para que se mantenha em perfeito estado de conservação e funcionalidade, com o objetivo de garantir segurança para a execução dos serviços de transporte de pessoal, equipamentos e material da Secretaria. Também é necessário contratar uma empresa de reforma de pneus, pois a possibilidade de reformar um pneu permite economizar cerca de 50% a 60% do valor dos pneus novos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação acima serão custeados através do recurso 0501-267820010.2.012-339039-000, 05.02-154510011.2.013-339039-000, 05.03-154520011.2.017-339039-000, 09.01-082440008.2-079-339039-000, 11.01-206060012.2.045-339039-000, 06.01-127820004.2.027-339039-103 e 07.01-103010009.2.033-339039-303. As informações detalhadas de previsão de recurso orçamentária e disponibilidade financeira serão expedidas e juntadas ao presente Termo de referencia pelos Departamentos de Contabilidade.

CONDIÇÕES DE ENTREGA E/OU FORNECIMENTO



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

A entrega do produto/execução dos serviços, objeto deste termo, será de responsabilidade da contratada.

A entrega do produto/serviço, objetos deste Termo, é de responsabilidade da contratada, qual terá o prazo **de 10 (dez) dias para entrega** dos mesmos, contados a partir da data de envio da Autorização de Compra e/ou Execução do Serviço.

Os produtos serão solicitados de maneira fracionada e a(s) empresa(s) vencedora(s) terá(ão) como **prazo de entrega 10 (dez) dias** para entrega dos mesmos, contados a partir da data de envio da Autorização de Compra e/ou Execução do Serviço, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Estado do Paraná.

A entrega dos produtos, objeto deste Termo, será de responsabilidade da contratada, a qual ocorrerá no Município de Joaquim Távora/PR – CEP: 86.455-000 no almoxarifado, sito à Rua Miguel Dias, nº 226, que será identificado na Autorização de Compra ou documento equivalente, nos horários de funcionamento, isto é, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h.

Eventuais atrasos na entrega deverão ser justificados por escrito pela contratada, cabendo à Administração avaliar as razões apresentadas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo.

CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93.

Provisoriamente, na apresentação dos produtos acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável da Secretaria Solicitante e, se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado.

Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação e, se confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela Secretaria Solicitante.

A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento.

Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito.

O pagamento será efetuado com a apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada.

Os valores da(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Ainda em caso de qualquer divergência ou inexatidão, a nota fiscal será devolvida ao fornecedor, sendo que novo prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação.

A contratante efetuará o pagamento somente para a empresa contratada, vedada à negociação dos documentos de cobrança com terceiros, ou a sua colocação em cobrança bancária.

Será verificada, pela contratada, anteriormente ao pagamento, as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo o resultado dessa consulta ser impresso e juntando aos autos do processo próprio.

FORMA DE PAGAMENTO



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

O pagamento será efetuado por depósito bancário em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria solicitante através do fiscal de contrato;

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da contratada emitida ao MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA – PR CNPJ 76.966.845/0001-06, endereço: Rua Miguel Dias, nº 226, Centro. CEP 86.455-000 – Joaquim Távora-PR.

No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

- a. A modalidade e o número da Licitação;
- b. O número da Ata/Contrato, bem como número do empenho;
- c. O Banco, número da agência e da conta corrente em nome da contratada;
- d. Número do item e sua descrição;

As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 30 (trinta) dias após a data da sua reapresentação.

Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da contratada relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

Deverão ser encaminhados junto com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

- a. certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união
- b. certificado de regularidade do FGTS;
- c. certidão negativa estadual (se for empresa cadastrada no Estado do Paraná);
- d. certidão negativa de tributos municipais (para empresa sediadas em Joaquim Távora/PR).

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante proporcionará todas as facilidades para a contratada executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência.

Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

Fornecer à contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços, mediante solicitação formalizada.

Efetuar o pagamento à contratada por depósito bancário em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria solicitante através do fiscal de contrato;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Cumprir todas as orientações da contratante para fiel desempenho das atividades específicas.

Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela contratante.

Fornecer itens produzidos com matéria-prima de boa qualidade.

Reparar, corrigir, refazer ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

Executar, dentro da melhor técnica aplicável, os serviços contratados;

Observar os horários estabelecidos pela Contratante;

Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura do Município de Joaquim Távora ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da contratada ou de qualquer de seus empregados.

Manter-se durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Prestar todos os esclarecimentos requisitados, bem como, informar e manter atualizados os números de telefone, e-mails e o nome da pessoa autorizada para contatos.

GARANTIA

A empresa fornecedora deverá dar garantia mínima dos produtos contra danos não inferior a 03 (três) meses.

A garantia será acionada caso se constate, durante o período, qualquer avaria, defeito ou outra circunstância que impeça os objetos fornecidos de produzir a utilidade a que se destina, devendo ser substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento, pelo fornecedor.

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A fiscalização do Contrato a ser firmado compete a Secretaria Solicitante.

O gestor responsável pelo Contrato será Antônio Romulo Senhorini Filho, Secretário Municipal de Urbanismo, Obras Públicas, Transporte e Viação.

DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência, a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, pela CONTRATANTE, de ofício, das sanções relacionadas a seguir:

I - Advertência;

II - Multa moratória, compensatória e cláusula penal;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com o inciso III, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

A advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do CONTRATANTE, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, à multa moratória, de ofício, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega/disponibilização, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

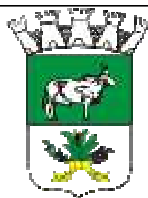
Além da multa moratória no parágrafo anterior, poderá ser aplicada pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato, fixada a critério da CONTRATANTE, em função da gravidade apurada.

Pela rescisão do Contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa, será aplicada, ainda, cláusula penal de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

As multas e sanções, exceto a de mora, serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o contraditório e à ampla defesa, e a importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou será descontada das faturas a serem pagas.

A CONTRATADA se obriga, com fulcro no artigo 416, parágrafo único, do Código Civil, a indenizar integralmente a CONTRATANTE, caso a multa compensatória e cláusula penal previstas nos parágrafos precedentes (Parágrafo Terceiro e Parágrafo Quarto retro) sejam insuficientes à recomposição integral do prejuízo.

Antônio Romulo Sinhorini Filho
Secretário Municipal de Urbanismo,
Obras Públicas, Transporte e Viação



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

ANEXO I – PESQUISA DE PREÇO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Justificativa: O principal objetivo é manter os veículos e equipamentos com pneus em perfeitas condições de uso e proporcionar a segurança dos operadores e motoristas. Outro objetivo importante é o princípio da economia, pois os pneus reformados geram economias significativas em casos específicos em relação aos pneus novos, pois os pneus reformados podem realizar as mesmas tarefas que os pneus novos. Atendendo a todos os aspectos, torna-se assim necessário o contrato descrito, os quais são indispensáveis ao desempenho das tarefas quotidianas dos órgãos da administração pública, justificando-se fundamentalmente o interesse público. A recauchutagem é necessária à manutenção da frota para que se mantenha em perfeito estado de conservação e funcionalidade, com o objetivo de garantir segurança para a execução dos serviços de transporte de pessoal, equipamentos e material da Secretaria. Também é necessário contratar uma empresa de reforma de pneus, pois a possibilidade de reformar um pneu permite economizar cerca de 50% a 60% do valor dos pneus novos.

Responsável(is) pela pesquisa de preço: Antônio Romulo Senhorini Filho.

Caracterização das fontes consultadas e método estatístico aplicado para a definição do valor estimado:

- Fontes utilizadas: foram cotados através de editais/contratos de órgãos públicos e internet.
- método utilizado: média, mediana.
- justificativa para a metodologia: foram analisados item a item com base no valor que já pagamos, em alguns itens foram utilizados a média e em outros a mediana e em um único item o valor da prefeitura de Céu Azul.

Série de preços coletados:

ITEM	SÃO														
	CUMARU			LIBERAT		ABELA		TRES		BORDA		PASSA		VITOR	LACE
	WITMARSUM	PERITIBA	ANTAS	CÉU AZUL										IPUMIRI	IPIRA
1	R\$ 850,00	R\$ 698,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 581,99	R\$ 684,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 719,83	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	R\$ 750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 681,80	R\$ 684,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 703,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Município de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

3	R\$ 750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 549,00	R\$ 0,00	R\$ 684,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	R\$ 2.750,00	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 1.972,60	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 799,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 583,67	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$
7	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00
8	R\$ 2.850,00	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 2.772,60	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 2.757,80	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	R\$ 850,00	R\$ 665,00	R\$	R\$ 579,50	R\$ 0,00	R\$ 674,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 853,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

13	R\$ 585,00	R\$ 480,00	R\$ 0,00	R\$ 399,50	R\$ 400,75	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$ 615,50	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 429,00	R\$ 574,50	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 464,50	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	R\$ 1.650,00	R\$	R\$	R\$ 999,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	R\$ 2.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PE

ITEM	PALOTINA	INTERNE	INTER	INTERNET
------	----------	---------	-------	----------

18	R\$ 25,20	R\$ 3,12	R\$	R\$ 0,00	R\$ 7,91
19	R\$ 23,10	R\$ 3,83	R\$	R\$ 0,00	R\$ 10,51
20	R\$ 28,00	R\$ 4,68	R\$	R\$ 0,00	R\$ 14,55
21	R\$ 33,60	R\$ 8,72	R\$	R\$ 0,00	R\$ 14,55
22	R\$ 40,60	R\$ 16,14	R\$	R\$ 0,00	R\$ 14,66



Município Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua São Rodrigues de Almeida, nº 387 – São Lucas – fone (43) 3559-1122.

CEP-86455-000

23	R\$ 51,10	R\$ 27,82	R\$	R\$ 0,00	R\$ 14,66
24	R\$ 0,00	R\$ 9,50	R\$ 9,40	R\$ 8,80	R\$ 12,93
25	R\$ 28,70	R\$ 12,49	R\$ 8,65	R\$ 0,00	R\$ 13,44
26	R\$ 34,30	R\$ 14,40	R\$ 9,21	R\$ 0,00	R\$ 14,55
27	R\$ 39,90	R\$ 18,35	R\$	R\$ 0,00	R\$ 14,66
28	R\$ 46,20	R\$ 27,08	R\$	R\$ 0,00	R\$ 14,66
29	R\$ 0,00	R\$ 23,70	R\$	R\$ 20,10	R\$ 14,66

Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, se aplicável; Os valores que estão em amarelo são valores que consideramos excessivamente elevados ou inexecutáveis.

Anexar memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

Justificativa da escolha dos fornecedores: Não houve cotação com fornecedores.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(uso obrigatório por todas as licitantes)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2023 e seus Anexos, conforme abaixo discriminado:

Item	Princípio ativo	Concentração	Forma Farmacêutica	COD BR	MARCA	Quant.	Valor Unitário	Valor

Informar especificação do produto;

Declaro que a validade desta proposta é de **XX (XXXXX) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública deste **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, FRETES E DESCARGAS, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Declaramos que os produtos/serviços cotados atendem as características mínimas exigidas em Edital, estando ciente das penalidades impostas no caso de inexecução contratual.

XXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXX de 2023.

(nome e assinatura do representante legal do licitante)

RG :

Cargo :



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmocumento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados neste Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

4) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

Telefone: ()

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sobn.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº 011/2023** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

ANEXO - IV

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (papel timbrado da licitante)

A empresa (razão social) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaro, ainda, que sempre que solicitado pela Administração Pública me comprometo a entregar balanços contábeis, informações sobre contratos e faturamento para fins de fiscalização quanto ao total de faturamento do exercício anterior e enquadramento como ME ou EPP, obrigação que permanecerá vigente ao longo de toda a execução do contrato e eventuais aditivos.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

ANEXO – V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2023

1. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023-PMJT;

2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 014/2023-PMJT;

3. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: __/__/2023.

4. FORNECEDOR: ...

5. CNPJ/MF: ...

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Rodrigues de Almeida nº387 – Residencial São Lucas – Joaquim Távora - PR, CEP 86455-000, inscrito no CNPJ sob nº 76.966.845/0001-06, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Reginaldo Vilela, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.3.813.735-2 SSP/PR e CPF/MF sob nº.566.209.009-25, e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa XXXXXXXX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas das Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

2. QUANTITATIVOS E PREÇOS REGISTRADOS

Seguem abaixo os preços registrados ao FORNECEDOR acima qualificado, valores unitários e totais, assim como sua descrição:

Item	Princípio ativo	Concentração	Forma Farmacêutica	COD BR	MARCA	Quant.	Valor Unitário	Valor



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

3. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 As contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual ou nota de empenho de despesa. As contratações formalizadas por nota de empenho serão encaminhadas ao e-mail do FORNECEDOR, cujo aceite deverá ser confirmado em um dia.

3.2 Fica estabelecido como endereço eletrônico oficial do FORNECEDOR o e-mail: XXXXXXXXXX, cabendo a ele informar previamente qualquer alteração que possa prejudicar a tramitação de documentações, instrumentos contratuais ou notas de empenho.

3.3 Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento contratual, bem como não aceite o recebimento da nota de empenho, o Município poderá convocar os demais fornecedores discriminados no Anexo “Cadastro de Reserva” da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da imposição das sanções cabíveis.

4. DO CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Será incluído na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo como “Cadastro de Reserva”, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, nos termos do Art. 10 do Decreto federal nº7892/2013;

4.2 A habilitação dos fornecedores que comporão o “Cadastro de Reserva”, será efetuada quando e se houver a necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

5. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses contados da publicação de seu extrato no Jornal Oficial do Município de Joaquim Távora.

6. DA REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do MUNICÍPIO, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços.

6.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o MUNICÍPIO convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

6.3 O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

6.5.1 A empresa deverá protocolar requerimento, datilografado ou impresso por computador, sem rasuras e entrelinhas, devendo obrigatoriamente demonstrar de maneira inequívoca, devidamente instruído com:

- a)** a composição do preço constante da proposta de preços;
- b)** o valor de aquisição do produto, devidamente comprovado através de cópia autenticada da Nota Fiscal/fatura;
- c)** a comprovação das alterações prevista no item 6.5.1 a) e 6.5.1 b), demonstrando novamente a composição do preço;
- d)** demonstração da ocorrência de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe que configuram álea extraordinária e extracontratual.

6.5.2 Enquanto não for deferido o pedido, a contratada não poderá deixar de dar continuidade a prestação dos serviços/fornecimento dos produtos nas condições estipuladas neste Contrato.

6.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será do FORNECEDOR, cabendo ao MUNICÍPIO a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.7 Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo MUNICÍPIO e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei, no Edital e na presente Ata.

6.8 Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

6.9 Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e **nunca superior ao valor máximo estipulado no Edital da licitação**, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

6.10 Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.11 Liberado o FORNECEDOR, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo valor da contraproposta apresentada pelo MUNICÍPIO.

6.12 Não havendo êxito nas negociações, o MUNICÍPIO deverá proceder à revogação da Ata De Registro De Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES

7.1 Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, prazo de validade e garantia exigidos no Termo de Referência e no ato convocatório, bem como a marca e modelos constantes da proposta apresentada;

7.2 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerentes;

7.3 Entregar o objeto nos prazos estabelecidos nesta Ata;



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

7.4 Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos.

7.5 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei e no certame durante a vigência da ata de registro de preços, sob pena de serem convocados os demais participantes para a entrega dos produtos.

7.6 A Contratada não poderá terceirizar ou subcontratar o objeto da presente licitação, salvo expressa autorização do MUNICÍPIO.

7.7 Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, com poderes para operacionalizar a execução do ajuste, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.

7.8 Acatar as recomendações da fiscalização da Contratante, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.

7.9 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.

7.10 Assegurar ao MUNICÍPIO, durante o período de vigência da ata, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que o registrado.

7.11 Cumprir com todos os compromissos objeto do Edital, Termo de Referência e Anexos.

8. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1 Os produtos/serviços deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** para entrega dos mesmos, contados a partir da data de envio da Autorização de Compra e/ou Execução do Serviço, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Estado do Paraná. Neste prazo a empresa deverá realizar a coleta e entrega dos produtos.

8.2 Caso os produtos/serviços não sejam entregues ou substituídos nos prazos estabelecidos, o gestor da Ata de Registro de Preços solicitará abertura de procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo MUNICÍPIO.

8.3 Os produtos serão recusados nos seguintes casos: i) quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta vencedora; e ii) quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.4 Os produtos deverão ser substituídos/refeitos no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

8.5 O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características dos materiais/serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da Ata.

8.6. Todos os produtos cotados deverão, quando da entrega efetiva na Secretaria Municipal de Obras do Município, ter validade mínima de **75% (setenta e cinco por cento) de sua vida útil**. Não serão aceitos produtos com data de validade inferior ao solicitado, mesmo contendo documento se comprometendo a repor a mercadoria caso a validade expire.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

8.7. A etapa de entrega se dará em duas fases: a primeira, recebimento da mercadoria, no caso quando for entregue pela transportadora, devidamente, regulamentada para o transporte de medicamentos, e pela segunda fase, o qual, será a conferência minuciosa, do lote, validade, quantidade, qualidade entre outros.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações orçamentárias nº:

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado por depósito bancário em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria solicitante através do fiscal de contrato;

10.2 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

10.3 A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação e do contrato de fornecimento e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas. **A nota fiscal deverá conter obrigatoriamente o número dos lotes e prazo de validade dos produtos nela constantes.**

10.4 A nota fiscal deverá estar acompanhada **OBRIGATORIAMENTE DE:**

a) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

b) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.5 Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores poderão ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do MUNICÍPIO, não elide nem diminui a responsabilidade do FORNECEDOR quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do MUNICÍPIO ou do servidor designado para a fiscalização.

11.2 Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

11.3 Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, o fornecedor, por ocasião da assinatura da Ata, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal, para representá-la sempre que for necessário.

11.4 A indicação ou a manutenção do preposto do fornecedor poderá ser recusada pelo MUNICÍPIO, desde que devidamente justificada, devendo o fornecedor designar outro para o exercício da atividade.

11.5 Ao preposto do fornecedor competirá, dentre outras atribuições:

- a) Representar os interesses do fornecedor perante o MUNICÍPIO;
- b) Realizar os procedimentos administrativos junto ao MUNICÍPIO;
- c) Manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento e a qualidade dos produtos;
- d) Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal da ata com os esclarecimentos julgados necessários.

11.6 Fica designado o Sr , CPF XXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXX, para acompanhar e fiscalizar a presente Ata de Registro de Preços.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 O presente registro de preços poderá ser cancelado quando o fornecedor:

- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da presente Ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista na Ata de Registro de Preços;
- e) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

12.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da ata, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

12.3 No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados – a critério da Administração – os demais licitantes classificados segundo o Anexo “Cadastro de Reserva” da Ata de Registro de Preços.

12.4 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente:

- a) Caso não restem fornecedores registrados;



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

- b) Por fato superveniente, devidamente comprovado, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações nela previstas;
- c) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação, de falha na execução ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, O FORNECEDOR poderá ser apenado, com as seguintes penalidades:

13.1.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

13.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2 Será aplicada multa nas seguintes condições:

13.2.1 No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

13.2.2 No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

13.2.3 O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o FORNECEDOR à multa moratória, de ofício, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega dos serviços/bens, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.

13.2.4 A fixação da multa compensatória referida no item 13.2. alíneas “13.2.1” e “13.2.2”, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

13.2.5 As sanções previstas no item 13.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos itens 13.2.

13.3 Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dentre outros casos, quando:

13.3.1 Fraudar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2 Comportar-se de modo inidôneo;

13.3.3 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

13.3.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução da Ata de Registro de Preços, sem consentimento prévio do Município;

13.3.5 Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município após a assinatura da Ata de Registro de Preços;

13.3.6 Apresentação, ao Município, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução da Ata de Registro de Preços, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

13.3.7 Quando motivadamente requisitado, deixar de apresentar, injustificadamente, documentos comprobatórios relacionados à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida n° 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

13.5 O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao FORNECEDOR.

13.5.1 Se o valor da fatura for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial que ocorrerá após garantida a ampla defesa.

13.5.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.6 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02, subsidiariamente, naquilo que for aplicável à espécie, pela Lei n.º 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo).

14.2 Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas da presente Ata de Registro de Preços serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1 Uma vez formalizada a Ata de Registro de Preços terá ela seu extrato publicado no Jornal Oficial do Município de Joaquim Távora, em cumprimento ao disposto no art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta Ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico/Presencial para Registro de Preços nº 011/2023.

16.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

16.3 É vedada a aquisição de item ou conjunto de itens isolados para os quais os preços unitários adjudicados ao vencedor não sejam os menores preços válidos ofertados para os mesmos itens na fase de lances, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado ser inexequível ou inviável a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

17. DO FORO

17.1 As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Joaquim Távora, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio do FORNECEDOR que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

Joaquim Távora, XX de XXXXX de XXX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

FISCAL

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas dos Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

ANEXO - VI

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023 – PMJT

Contrato n.º ____ / ____

Contrato de fornecimento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA e _____, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Rodrigues de Almeida nº387 – Residencial São Lucas – Joaquim Távora - PR, CEP 86455-000, inscrito no CNPJ sob nº 76.966.845/0001-06, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Reginaldo Vilela, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.3.813.735-2 SSP/PR e CPF/MF sob nº.566.209.009-25 e

CONTRATADA: QUALIFICAR

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o **Registro de Preços para prestação de serviços de Ressolagem/Recauchutagem de Pneus, para os Veículos, Tratores e Máquinas dos Diversas Secretarias do Município, pelo período de 12 meses, com quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência**, que a CONTRATADA se declara em condições de fornecer em estrita observância ao indicado no Edital de Pregão Eletrônico nº011/2023-PMJT, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em ____/____/____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelo fornecimento estabelecido na cláusula primeira o CONTRATANTE se compromete a pagar à CONTRATADA a importância global de R\$ _____ (_____), referente o(s) item(ns) relacionado(s) abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos para financiamento do objeto deste contrato correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

Xxxxxxxx

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

3.1 O pagamento será efetuado por depósito bancário em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria solicitante através do fiscal de contrato;

3.2 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

3.3 As notas fiscais deverão sair em nome do PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TÁVORA, Rua João Rodrigues de Almeida nº387 – Residencial São Lucas – Joaquim Távora - PR, CEP 86455-000, CNPJ nº76.966.845/0001-06. A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação e do contrato de fornecimento e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas.;

3.4 Vencido o prazo estabelecido no item 3.1 e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- a) Pregão Eletrônico nº011/2023-PMJT e seus anexos;
- b) Proposta de preço e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os documentos mencionados desta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E PRORROGAÇÃO

5.1 O presente contrato tem vigência de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, nas hipóteses do artigo 57 da Lei nº8.666/93.

5.2 Os produtos/serviços deverão ser entregues em até **10 (dez) dias** para entrega dos mesmos, contados a partir da data de envio da Autorização de Compra e/ou Execução do Serviço, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Estado do Paraná. Neste prazo a empresa deverá realizar a coleta e entrega dos produtos.

5.3 O pedido será efetuado através de uma Solicitação de Compras expedida pela Secretaria Municipal de Obras.

5.4. O não cumprimento deste prazo implica em multa conforme especificado na Minuta do Contrato e Ata prevista neste Edital.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

5.5. Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras

PARÁGRAFO ÚNICO

Todas as despesas com carga, transporte, descarga, seguro, encargos, impostos, etc., são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 Constituem motivos para rescisão contratual as hipóteses especificadas nos artigos 77 e 78, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

6.3 Ficará suspensa de licitar e impedida de contratar com o Município de Joaquim Távora, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA que em incorrer em inexecução parcial contratual.

6.4 Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação contratual, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, com as seguintes penalidades:

6.4.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

6.4.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6.5 Será aplicada multa nas seguintes condições:

6.5.1 No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

6.5.2 No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

6.5.3 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa moratória, de ofício, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega dos serviços, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.

6.5.4 A fixação da multa compensatória referida no item 6.5. alíneas “6.5.1” e “6.5.2”, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

6.5.5 As sanções previstas no item 6.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos itens 6.5

6.6 Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dentre outros casos, quando:

6.6.1 Fraudar a execução do contrato;

6.6.2 Comportar-se de modo inidôneo;

6.6.3 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

6.6.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do Município;

6.6.5 Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município após a assinatura do Contrato;

6.6.6 Apresentação, ao Município, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

6.6.7 Quando motivadamente requisitado, deixar de apresentar, injustificadamente, documentos comprobatórios relacionados à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal.

6.7 O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.

6.7.1 Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial que ocorrerá após garantida a ampla defesa.

6.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.8 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Entregar o(s) produtos(s) cotado(s), em estrita observância à sua proposta, observando que o prazo de entrega não poderá exceder ao que previsto na Cláusula Quinta, item 5.2 deste Contrato, ou, se fixado prazo menor na proposta, não poderá exceder ao que ofertado pelo Contratado.

7.2 Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com o fornecimento dos produtos.

7.3 Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da realização do objeto deste contrato.

7.4 Conforme dispõe artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, a empresa contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5 Fornecer os produtos objeto do contrato somente após o recebimento da Nota de Empenho, juntamente com a Solicitação de Compra encaminhada pela Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE REVISÃO DE PREÇOS E REAJUSTE

8.1 Os preços contratados poderão ser revisados mediante requerimento da empresa contratada, datilografado ou impresso por computador, sem rasuras e entrelinhas, devendo obrigatoriamente demonstrar de maneira inequívoca, devidamente instruído com:

- a) a composição do preço constante da proposta de preços;
- b) o valor de aquisição do produto, devidamente comprovado através de cópia autenticada da Nota Fiscal/fatura;
- c) a comprovação das alterações prevista no item 8.1 a) e 8.1 b), demonstrando novamente a composição do preço;



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 – Residencial São Lucas

CEP-86455-000

d) demonstração da ocorrência de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe que configuram álea extraordinária e extracontratual.

8.2 O requerimento contendo a solicitação de revisão dos preços será submetido à Secretaria de Administração. A revisão de preços dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio financeiro do Contrato.

8.3 Enquanto não for deferido o pedido, a contratada não poderá deixar de dar continuidade a prestação dos serviços/fornecimento dos produtos nas condições estipuladas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir este Contrato, unilateralmente, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) decretação de falência ou insolvência civil;
- b) dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- c) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento devidamente justificadas;
- d) subcontratação total ou parcial do objeto sem autorização da contratante;
- e) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e, independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato, desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir de sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base nas Leis Federais n°s 8.666/93 e 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Fica designado o servidor Sr , CPF: XXX.XXX.XXX-XX, Xxxxxxxx, da Secretaria Municipal de Obras, para acompanhar e fiscalizar o presente Contrato.



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000

12.2 Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Joaquim Távora, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Joaquim Távora, XX de XXXXX de XXXX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

FISCAL

TESTEMUNHAS: _____



Prefeitura Municipal de Joaquim Távora

Estado do Paraná

Rua João Rodrigues de Almeida nº 387 - Residencial São Lucas

CEP-86455-000